



Empreendedorismo social

Piedade Lalanda

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Sras. e Srs. Deputados

Sra. e Srs. membros do Governo

Se há conceito e vocábulo que passou a fazer parte do discurso político é o termo “empreendedor” ou “empreendedorismo”.

Apesar de o conteúdo que revela ser tão antigo como a existência do ser humano, o empreendedorismo é hoje manifestamente reconhecido como a estratégia política que concilia desenvolvimento e cidadania, crescimento económico com iniciativa, autonomia com vontade e esforço pessoal.

A História dos Açores fez-se e faz-se com pessoas empreendedoras, algumas recordadas em texto, nome de rua ou monumento; outras conhecidas apenas nas comunidades onde residiram e trabalharam; e muitas outras, anónimas, que venceram as dificuldades e as limitações da vida, inovando nos procedimentos, criando pequenas empresas, assumindo riscos e ultrapassando o descrédito dos outros.

É destes cidadãos que os Açores precisam e é porque a Região acredita na sua capacidade empreendedora que em diferentes áreas de intervenção existem “incentivos”, mecanismos de apoio e,

sobretudo, se aposta nas pessoas que se empenham em ser autónomas na construção dos seus percursos de vida, pessoal e profissional.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sra. e Srs. membros do Governo

Se o empreendedorismo é um conceito moderno, é também uma linha de investimento estratégica, que coloca o cidadão como sujeito, principal actor no processo de desenvolvimento. Ao invés da política que faz depender o crescimento apenas e só da acção dos governos e sobretudo dos governantes, o empreendedorismo como política de descentralização do poder aposta na competência e na capacidade do cidadão comum.

E é nesse sentido que devemos analisar as diferentes medidas criadas nos últimos anos, que concretizam esta linha de actuação onde se elege como cidadãos de crédito, estudantes, beneficiários de medidas de protecção social, empresários jovens ou socialmente desfavorecidos e muitos outros grupos sociais.

Nesta linha de acção, o governo não se considera o único responsável pelo crescimento económico, nem o único promotor de projectos inovadores, mas antes reconhece o seu papel de suporte, necessário e inicial, à concretização dos projectos inovadores de muitos cidadãos.

Esta posição é sem dúvida a demonstração de um poder que se descentraliza, que se humaniza e sobretudo, de um desenvolvimento que se pretende integrado e tenha em conta a realidade local e regional, porque nasce da iniciativa de quem vive de perto os problemas e procura as respostas mais eficazes.

No âmbito das políticas económicas e sociais dos governos do Partido Socialista, em particular no decurso desta legislatura:

- É hoje possível a um jovem recorrer aos sistemas de incentivos para criar uma empresa e, desta forma, criar o seu próprio emprego através do Empreende Jovem.
- É hoje possível a uma pessoa sem crédito na banca por ter fracos recursos económicos, montar a sua própria empresa e vencer as dificuldades de sobrevivência do seu agregado familiar, através do recurso ao Micro Crédito.
- É hoje possível a um estudante, com bons resultados escolares, mas sem recursos económicos suficientes, beneficiar de apoios à sua qualificação, nomeadamente no ensino profissional e pós-secundário, através de bolsas de formação;
- É hoje possível a uma família com baixo rendimento, beneficiar de uma medida de protecção que lhe permita fazer face às despesas básicas e, por essa via, investir na escolarização dos filhos, na manutenção da saúde e assim atingir um nível de vida digno, que a liberte, da fronteira

definida como o limiar da pobreza, através do Rendimento Social de Inserção.

O empreendedorismo não é apenas um conceito novo, é a expressão de uma nova forma de fazer política, que acredita no cidadão, que reconhece o carácter inovador e não põe em causa a sua capacidade de sucesso, só porque é jovem, mulher ou não possui suficientes recursos materiais.

Como referia Muhammad Yunus, o fundador do Banco Grameen, importa "criar desenvolvimento económico e social a partir das bases".

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sra. e Srs. membros do Governo

Não é fácil libertarmos de uma cultura de dependência, de um modo de fazer política que cria viciados nos sistemas e coloca o ênfase nos dadores, nos políticos, nos governos e transforma os cidadãos em eternos agradecidos, que se curvam diante dos seus benfeitores, em particular quando estes são governantes.

Não é por acaso que num quadro político conservador é mais frequente dar-se o peixe e não a cana; porque quem recebe a dívida de peixe fica eternamente agradecido e volta no dia seguinte pedir outro favor. Ao invés, quando se dá a cana, é certo que o outro inicialmente irá duvidar da sua capacidade, terá dificuldade

em persistir no esforço da actividade e necessitará de incentivo e apoio até demonstrar aos outros e a si próprio que é capaz.

A política e os políticos que fazem do empreendedorismo, em particular na sua vertente social, um pilar do desenvolvimento, fomentam a autonomia, a responsabilidade dos cidadãos, considerados como cooperantes e co-responsáveis na transformação da sociedade, na criação de riqueza e no combate à pobreza e à exclusão social

Acreditar e fomentar o empreendedorismo, tem sido uma marca deste governo socialista. Os exemplos são vários e as iniciativas começam a revelar frutos.

Recentemente ocorreu um Curso de Empreendedorismo para jovens licenciados, organizado pela Direcção Regional do Trabalho e Qualificação; foram criados o Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores, o Gabinete e o Manual do Empreendedor. Os primeiros projectos de jovens empreendedores foram galardoados no âmbito do Concurso Regional de Empreendedorismo e os primeiros empresários, que tiveram apoio do Micro Crédito já são uma realidade.

Mais do que formar novos empresários para a Região, ao apostar no cidadão empreendedor, o governo manifesta o quanto acredita no desenvolvimento dos Açores feito com as pessoas. Neste sentido, os diferentes regimes de apoio financeiro, seja ao nível económico ou social, são ajudas iniciais, reforços necessários, que só terão eficácia

se os próprios beneficiários dessas medidas também acreditarem em si, na sua capacidade e nos seus projectos.

Exemplos de sucesso não faltam. Por ventura fala-se mais do dinheiro que se dá, se empresta ou se facilita do que da capacidade dos que dele beneficiam.

Criticam-se os sistemas de ajuda, as medidas de discriminação positiva, porque na lógica dos críticos da oposição, o investimento por via de apoios deveria ter, supostamente, um retorno imediato. Não entendem que se apoiarmos 2000 jovens empreendedores, o mais certo, como referia o Director Regional do Trabalho, é termos 500 empresários e desses apenas 250 com sucesso. Se apoiarmos 10.000 famílias com o Rendimento Social de Inserção, o mais certo é termos 1000 que ao fim de um ano deixam de necessitar da medida e outras 500 que entram a pedir apoio.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sra. e Srs. membros do Governo

O importante não é olhar às verbas que visam incentivar a autonomia dos cidadãos e o reforço da sua capacidade empreendedora. O importante são os sucessos dos empresários que souberam transformar recursos em riqueza, dos beneficiários que conseguiram ultrapassar dificuldades e reequilibrar o seu quotidiano e hoje são pessoas com sucesso empresarial ou pessoal.

Citando o pensamento dos impulsionadores do empreendedorismo social, “as grandes árvores nascem de pequenas sementes” e nesse sentido, gostaria de partilhar convosco alguns números, bem elucidativos de como também na nossa Região e fruto dos incentivos criados pelos governos do Partido Socialista, há sementes que já deram fruto.

Na primeira edição do Concurso Regional de Empreendedorismo, realizada em 2006, foram apresentadas 13 candidaturas e, na edição de 2007 foram 20, estando a decorrer o prazo para o concurso de 2008.

No âmbito do Empreende Jovem, foram apresentados 9 projectos na Medida 1 (Criação de empresas), perfazendo um investimento global de aproximadamente de € 1.100.000 e apresentadas 51 candidaturas na Medida 2 que prevê estágios em empresas.

Ao nível do Micro Crédito, deram entrada até à data 85 candidaturas, das quais 55% apresentadas por mulheres.

Histórias de sucesso abundam entre beneficiários de RSI. Mulheres em situação de monoparentalidade que foram beneficiadas com um apoio integrado, ao nível da habitação, de recursos financeiros, acompanhamento familiar e incentivo à formação e qualificação profissional, acabam por se libertar do Rendimento Social, porque se inserem de cabeça erguida numa sociedade que nem sempre acreditou na sua capacidade de vencer.

Casais com falta de motivação para a vida activa, descobrem em programas de apoio, como o Prosa, que são capazes de satisfazer

as suas necessidades e, mesmo beneficiando do RSI durante nove anos, hoje sentem o orgulho de poder gerir os seus próprios recursos.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sra. e Srs. membros do Governo

Os resultados menos bons, em políticas de desenvolvimento social sobretudo as que visam combater a pobreza ou o desemprego, não são sinónimo de insucesso, mas sim constituem o próprio risco inerente a este tipo de medidas. Ao contrário do que possam pensar o insucesso na aplicação de uma medida de incentivo, não é sinónimo de falência, mas antes, motivo para a reflexão, análise e sobretudo, correcção da resposta, uma vez que o insucesso revela obstáculos a evitar. Se o caminho se faz caminhando, o desenvolvimento faz-se aprendendo com os obstáculos. Quem não aceita e, ao mesmo tempo, combate o insucesso não cresce, desiste. E esta não é certamente a atitude política mais correcta.

É preciso acreditar nas pessoas, dar-lhes oportunidades de vencer, fomentando uma cultura que fomente o espírito empreendedor, desde a infância, particularmente junto dos jovens, pois a sociedade que ambicionamos é de cidadãos activos, participantes e sobretudo co-responsáveis pelo desenvolvimento da nossa Região.

Horta, 18 de Junho 2008